



Pedido de Inventariação

Artes e saberes de construção e uso da bateira avieira no rio Tejo, Caneiras

Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial

(de acordo com a portaria nº196/2010, de 9 de abril e o Decreto-Lei nº 139/2009, de 15 de junho)

ANEXO I

I. Identificação	2
II. Documentação	18
III. Direitos associados	21
IV. Património associado	21

I. IDENTIFICAÇÃO

1. Domínio:

Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais (alínea e) do nº 2 do artigo 1º do Decreto-Lei nº139/2009, 15 de junho).

2. Categoria:

Pesca e aquicultura

3. Denominação:

Artes e saberes de construção e uso da bateira avieira no rio Tejo, Caneiras.

4. Outras denominações:

Não aplicável.

5. Contexto tipológico:

A construção da bateira avieira é uma técnica tradicional de construção naval que se enquadra nas técnicas de construção naval de carpintaria de machado. Os usos da mesma embarcação enquadram-se predominantemente nas técnicas da pesca embarcada em contexto fluvial.

6. Contexto de produção

6.1. Contexto social

6.1.1. Comunidade(s):

Aldeia ribeirinha das Caneiras, Santarém.

6.1.2. Grupo(s):

Conjunto de núcleos familiares que se autodenominam como “avieiros”, que detêm e utilizam a bateira para fins económicos e ou lúdicos.

6.1.3. Indivíduo(s):

O universo dos utilizadores da embarcação bateira avieira é constituído por famílias residentes nas Caneiras e por indivíduos não residentes, que mantêm laços de parentesco ou aliança na comunidade das Caneiras. Os indivíduos utilizadores destas pequenas embarcações são todos eles, de algum modo, detentores de um conjunto disperso e variável de conhecimentos e técnicas de reparação e preservação das próprias embarcações. Contudo, deste universo de utilizadores só um grupo bastante restrito de pescadores detêm os saberes requeridos para a construção integral da bateira. No momento atual, esta arte de construir encontra-se apenas na posse do elemento mais velho da família Tomaz, construtor de 6 das 28 bateiras em uso nas Caneiras: o Sr. Vítor Luiz Lobo Tomaz. Nascido na Palhota em 1932, filho mais velho de nove irmãos, Vítor Tomaz é casado com Eulália Elias Pelarigo, que desde o casamento, em 1956, se mantém a sua “camarada de barco”. São de dois tipos, portanto, os indivíduos envolvidos neste complexo de conhecimentos: por um lado, o

pescador-construtor naval, detentor de competências técnicas e saberes construtivos transmitidos por via familiar; por outro, o conjunto dos pescadores usuários, eles próprios possuidores de uma diversidade de saberes necessários ao uso e manuseamento da embarcação.

A comunidade das Caneiras caracteriza-se pela dedicação regular à atividade da pesca embarcada, com uso de diversas artes de acordo com a sazonalidade das espécies piscícolas com valor económico. A pesca é uma fonte relevante de subsistência doméstica, mas não é a fonte única, nem talvez a dominante. Nas gerações mais velhas, ela coexiste com a atividade agrícola e a reforma. Nos indivíduos em idade ativa a complementaridade entre pesca e agricultura vê-se acrescentada com o rendimento do trabalho assalariado, sobretudo em serviços fora da localidade. Porém, a importância da prática da pesca releva aqui fundamentalmente da sua significação enquanto principal marcador simbólico e cultural da identidade *avieira* da comunidade, expressa no objeto técnico que melhor a materializa: a *bateira*. A centralidade da pesca na (re)produção da identidade individual e coletiva encontra, assim, na embarcação e nos saberes a ela associados a sua principal expressão cultural.

Nas Caneiras a pesca é praticada por homens e mulheres sobretudo em contexto familiar, de acordo com a sazonalidade das espécies piscícolas. À semelhança de outras comunidades de pesca fluvial (Souto 2007), a atividade desenvolve-se essencialmente no quadro da família restrita, em que cada elemento desempenha tarefas distintas, mas interdependentes. Em contexto tradicional de uso no Tejo, as bateiras eram navegadas e habitadas pela família nuclear (marido, mulher e filhos). Na prática da pesca, em particular, a ação estava circunscrita ao casal, sendo que o marido tomava o papel de mestre da embarcação, e a mulher a de seu “camarada de barco”. A posse de uma bateira era fundadora, aliás, do núcleo familiar, um aspeto visível na biografia do casal Tomaz. Ao casar, na década de 1950, Vítor Tomaz recebeu como dote uma *bateira* construída juntamente com o seu pai, José Narciso (também ele pescador-construtor). A relação íntima do casal com a embarcação exprimia-se num laço de propriedade, pela qual passava, e passa ainda, a ‘produção de si’ dos pescadores das Caneiras enquanto *avieiros*. Tomada como património adscrito à família nuclear, o barco tornava-se o lugar de trabalho de um coletivo-casal que sobrepunha à divisão de tarefas piscatórias os papéis domésticos de género, no quadro de relações marido-mulher. Atualmente, porém, o desempenho das tarefas piscatórias não se justapõe apenas aos papéis de género no quadro do casal, surgindo outros tipos de duplas de trabalho. A observação etnográfica demonstrou que em alguns casos ocorre maior variabilidade na formação das tripulações, existindo casos de parselhas formadas por irmãos; tio e sobrinho; ou, simplesmente, dois amigos. Em qualquer caso, nas Caneiras a íntima relação de posse e uso de uma *bateira* permanece central na identificação e afirmação dos seus utilizadores como *avieiros*, quer para si mesmos, quer perante o exterior.

6.2. Contexto territorial

6.2.1. Local:

Caneiras, Santarém.

6.2.2. Freguesia:

União das Freguesias de Santarém.

6.2.3. Município:

Santarém

6.2.4. Distrito:

Santarém

6.2.5. País:

Portugal

6.2.6. Nuts I:

Alentejo

6.2.7. Nuts II:

Lezíria do Tejo

6.3. Contexto temporal**6.3.1. Periodicidade:**

Processo realizado de forma não periódica, no decurso do ano, em função da necessidade de embarcações ou reparação das existentes, com principal incidência no período com reduzido trabalho, agrícola ou piscatório.

6.3.2. Data(s):

Não aplicável.

7. Caracterização**7.1. Caracterização síntese:**

As artes e os saberes de construção e uso da *bateira* avieira constituem um conjunto de técnicas e conhecimentos de base tradicional, característico das comunidades de pescadores das zonas ribeirinhas do Tejo. Estas comunidades identificam-se coletivamente como “avieiros”, categoria evocativa da sua condição de descendentes de migrantes originários da praia de Vieira de Leiria.

As técnicas construtivas da embarcação denominada por *bateira* avieira são uma expressão singular das técnicas tradicionais de construção naval de carpintaria de machado. Mobilizando saberes transmitidos por via familiar desde o início do século XX, os atuais detentores desta tradição construtiva estão no centro de um universo vivo de usos económicos, sociais e simbólicos da embarcação pelos avieiros das comunidades ribeirinhas. Estes usos exprimem-se eles mesmos em saberes associados à prática da pesca, à organização social e familiar, e à relação cúmplice destas comunidades com o ecossistema local. Nestas artes e saberes consubstancia-se ainda uma rica e complexa história de migrações e povoamento humano das margens do Tejo por populações costeiras, em especial de Vieira de Leiria. Este complexo de usos e saberes construtivos é porventura

passível de reconhecer-se em todas as comunidades avieiras do Tejo. Contudo, ele adquire na comunidade da aldeia das Caneiras aqui considerada uma das suas manifestações mais dinâmicas e paradigmáticas, cuja salvaguarda é crucial para a sua continuidade.

7.2. Caracterização desenvolvida:

A. Artes e saberes de construção

A construção da bateira avieira constitui uma arte não codificada, de tradição familiar, que é ativada, desenvolvida e reinventada na prática pelos seus detentores individuais. Por conseguinte, as opções construtivas regem-se por uma herança de regras e técnicas, mas as suas especificidades muito devem ao arbítrio individual do construtor. É o caso dos saberes técnicos associados à construção da bateira avieira no trabalho de Vítor Tomaz. O arbítrio construtivo entra também em linha de conta com solicitações do utilizador-proprietário que encomenda a produção da embarcação. Os exemplares observados de bateiras avieiras têm medidas que vão aproximadamente de 6 a 7 m de comprimento e 1,5 m de boca, dependendo estas medidas da vontade do dono, conjugada com os conselhos do mestre. Assim, se o tamanho geral da bateira pode variar em função da encomenda, já o equilíbrio existente entre as restantes proporções da embarcação segue princípios tradicionais incorporados e adaptados pelo construtor. Os materiais construtivos (madeiras, pregos, materiais de calafeto, etc.) são comprados por quem encomenda o barco; ao mestre compete escolher as madeiras na estância, bem como o “feitio do barco”. Os mestres construtores fabricam artesanalmente os barcos para si próprios ou por encomenda de outros pescadores, trabalhando sobretudo na aldeia à abrigada de um telheiro ou de uma árvore. Podem também deslocar-se a outros lugares para construir ou reparar. Durante o levantamento etnográfico que dá origem a este trabalho, por exemplo, o Mestre Vítor Tomaz deslocou-se algumas vezes ao Porto da Palha afim de reparar um barco para a procissão de N.ª Sra. dos Avieiros que decorreu no corrente ano de 2015.

Com base na observação etnográfica, apresentam-se de seguida subsídios para a descrição das principais técnicas, materiais e ferramentas que caracterizam presentemente esta tradição construtiva nas Caneiras:

A.1 Técnicas de construção

A construção do barco começa pelo fundo, definido no comprimento pela distância entre *bicas* (bica da proa e bica da ré) e na largura máxima, a *boca*. O fundo é assim constituído por um conjunto de tábuas (em número ímpar; cinco por norma na prática deste construtor), em que a do meio é designada por *tábua da quilha* que define o comprimento máximo das obras mortas da embarcação. A forma do barco é dada a partir dessas medidas e com o auxílio do cordel e dos pregos é *riscada* nas *tábuas do fundo*. Após o *risco*, as tábuas são cortadas na sua forma final com a *serra de arco*, recorrendo à folha mais fina ou mais larga, dependendo da necessidade da curvatura. A consolidação do tabuado do fundo é feita pela aposição das *travessas* – o travamento do fundo – peças de madeiras de pinho manso, apostas de forma equidistante entre si no sentido da proa para a ré, as quais, segundo a descrição do mestre Tomaz, distam aproximadamente 30 centímetros entre si medidos com a *bitola*. A primeira travessa é sempre a do meio. As peças são pregadas inicialmente de dentro para fora – “alinhar os pregos” – e, numa segunda fase, voltando o fundo, prega-se de fora

para dentro. As travessas constituem ainda a base de suporte para os *braços*. No seu conjunto – pregados à travessa e por sua vez pregados ao fundo, de baixo para cima – os *braços* e as *travessas* dão a forma estrutural da bateira. A operação de pregagem do fundo só termina quando se *reviram* os pregos e se os incrustam na madeira com auxílio do martelo e do *punção*. Esta operação tem como finalidades a solidez da pregagem e a obtenção de uma superfície lisa. Tal importa porque o fundo do barco passará, ao longo da sua vida útil, por cima de artes de pesca, evitando-se assim que qualquer ponta proeminente se lhe prenda.

Com respeito aos *braços* (constituído cada um por *sapata* e *braço*) observam-se algumas particularidades. A primeira depende das variações da sua forma (mais aberta ou mais fechada; mais alta ou mais baixa), resultante dos moldes aplicados. A fixação às travessas também diverge a partir do meio do barco. Do lado da proa para a ré, até meio, os pregos são aplicados pelo lado da frente das *travessas* e, do meio do barco para a ré, pelo lado de trás das *travessas*. A razão fornecida para estas diferenças de fixação dos *braços* reside na facilidade de escoar, com o vertedouro, a água acumulada no interior da embarcação. Contudo, pode colocar-se a hipótese desta diferença se dever a questões de resistência estrutural, resultantes da técnica de construção “*skeleton first*”. Uma vez estando fixos os *braços*, as *bicas* e o *painel de popa* (suporte do motor correspondente a tábua de espessura de 4 cm), e assim dada forma final ao barco, é necessário pregar as tábuas (que formarão o *costado*) à *braçaria*. Esta operação implica forçar as tábuas do *forro* às formas arredondadas do barco, com o recurso aos *grampos*. Para o sucesso desta operação contribui a imobilização provisória da *braçaria* por meio de uma ripa flexível (*fasquia*). Esta ripa é colocada, antes da operação de forro, pelo interior dos braços, unindo os braços da bica da proa à bica da ré (ambas pregadas entretanto). Segundo Vítor Tomaz, a bica da ré é atualmente de menor dimensão do que a da proa, em consequência do uso de motores fora de bordo, que implicou a alteração da ré, com a necessidade de criar uma *cava* para o motor transformando o anterior espaço, *cavernil*. Efetivamente, desde meados da década de 1970 e princípios de 1980, que as *bateiras* começaram a ser motorizadas, sendo hoje praticamente generalizado o uso de motor.

A consolidação estrutural é fornecida por um conjunto de elementos super-estruturais, a saber: pela *emparadeira* da ré – tábua, da mesma espessura da usada para o fundo, pregada à *travessa de fundo* e aos *braços* da *boca*, pelo lado da frente – e pela *emparadeira* da proa, tábua de igual espessura e igualmente fixa a uma *travessa* e aos *braços* para o lado da proa. Fazem ainda parte desta estrutura as *dragas*, que unem, pelo interior da embarcação, todos os braços a bombordo e a estibordo, da proa à ré, criando uma estrutura coesa, bem como as *cintas*, réguas de madeira que unem a proa à ré pelo lado de fora, em oposição perfeita à *draga*. Em cima da *draga*, à vertical da *emparadeira* da ré, esta superestrutura é rematada pelo traste, tábua (à guisa de banco) pregada à *draga* e aos *braços*. Terminam a construção do barco o fechamento da loca da proa e a execução dos *marrões* (reforços ao nível superior da borda, junto ao traste, que servirão de apoio aos *escalamões*, onde trabalharão os remos). A loca da proa é fechada por cima pela *antepara da proa*, onde se fixam os *barrotes da proa*. Os *paneiros*, peças móveis que revestirão o fundo do barco, complementam e rematam a construção. Por fim, é necessário referir a importância dos remos, par de aparelhos construídos em madeira que servem a propulsão e manobra do barco. Os remos são constituídos por *cágada* (zona de encaixe do *escalamão*), por *pá*, por *punhos* e *tarma*.

A.2 Ferramentas e materiais de construção

Para a construção da embarcação usam-se distintos tipos de madeira, todos sempre de madeira bem seca, principalmente pinho manso e pinho bravo (com funções diferentes). Podem eventualmente usar-se também o marmeleiro, a oliveira, o sobreiro e o freixo. O pinho manso é preferido para braços e travessas, e o pinho bravo para tábuas do fundo e costado ou tábuas de forro. As tábuas do fundo tem cerca de 2 cm de espessura; as do costado 1,5 cm; e os braços 3,5 cm.

A construção é sempre feita com pregos zincados, por causa da oxidação provocada pelo meio aquático, respeitando as seguintes medidas: 1º “fasquiado 7”, para pregar os fundos e os bordos, onde faz mais força; “meia galeota” para as travessas do fundo. As outras medidas [fasquiado 5 e 6] distribuem-se consoante a espessura e tensões da madeira, sendo o fasquiado 3 para as partes das bicas da proa e da ré. As quantidades de pregos normalmente gastas equivalem a dois quilos de “meia galeota”; “fasquiado 7” dois quilos; para o “fasquiado 6” 1,5 kg; sendo as medidas subsequentes em quantidades inferiores.

Modernamente é aplicada a fibra de vidro para revestir completamente o casco. Em alguns casos também é utilizada no interior, exceto nos estrados.

As tabelas seguintes resumem designação e funções de 1) ferramentas utilizadas na construção da bateira avieira; 2) e 3) materiais e ferramentas de calafete.

Ferramentas de construção

Enxó: instrumento usado neste contexto para desbastar e afeitar madeira;

Plaina: instrumento usado para acabamento do trabalho iniciado pela enxó;

Martelo: pregar, virar pregos, “ajeitar, aconchegar” peças de madeira mais renitentes;

Grampos [pequenos / grandes]: ajudar a moldar, dar a forma, dobrar, as secções e as tábuas do costado;

Serra de arco: serra com duas lâminas, uma mais fina usada para cortar curvas e outra mais larga e resistente para cortar a direito;

Cordel: instrumento auxiliar visual na configuração do fundo;

Pregos: utilizados como suporte do cordel;

Banco: bancada utilizada para auxiliar pequenos trabalhos na feitura do barco;

Molde da proa: peça modelo, concebida pelo mestre carpinteiro e usada na execução da proa;

Molde da ré: peça modelo, concebida pelo mestre carpinteiro e usada na execução da ré;

Molde dos braços: peça modelo, concebida pelo mestre carpinteiro e usada na execução da braçaria;

Fasquias: réguas de madeira maleável (“draga provisória”, duas - uma de cada lado) que sustentam provisoriamente os braços dando forma ao esqueleto da embarcação;

Bitola: peça usada como medida de mensuração para definir as distâncias dos braços entre si, bem como das travessas;

Navalha: Instrumento pessoal e multifuncional;

Régua: Instrumento auxiliar para risco.

Materiais de calafetagem

Estopa: material de preenchimento de pequenas frinchas;

Cortiça: material de preenchimento de frinchas maiores;

Pez: material resinoso, usado até há poucos, aplicado como impermeabilizante sobre a estopa e a cortiça;

Cuprino: material sintético, aplicado a pincel, como conservante das madeiras;

Alcatrão com borras de gás: material substituto do pez, para funções equivalentes.

Ferramentas para calafate

Martelo: neste contexto serve para, em conjunto com o ferro de calafetar, calcar a estopa no interior nas juntas entre tábuas;

Faca partida ao meio: faca comum de cozinha, propositadamente partida ao meio, utilizada para introduzir a estopa na fenda

Ferro de calafetar: ver martelo

Crespeiro: peça composta por um pau que na ponta tem, tradicionalmente, um pedaço pele de carneiro pregada (em alguns casos um trapo), confeccionada pelo próprio construtor e que serve para aplicar o breu.

B. Artes e saberes de uso

Existe um forte nexo de interdependência entre *possuir* e *usar* uma *bateira*, e o ato reflexivo e identitário de *ser* *avieiro*. A relação de *propriedade* que o indivíduo e o seu núcleo familiar estabelece com a *sua* *bateira* é em geral acompanhada de práticas de *uso* regular da mesma embarcação, em especial (mas não exclusivamente) na atividade de pesca no rio Tejo. A posse, a utilização e o cuidado pessoal da *bateira* são pois estruturantes da existência social do *avieiro*, incluindo da comunidade *avieira* aqui considerada. Este facto sublinha a importância dos saberes técnicos construtivos que acima descrevemos. Em torno de uma cultura de posse e uso da *bateira* organiza-se o núcleo da identidade *avieira* da coletividade. Esta cultura de utilização tem profundas raízes históricas na formação destes assentamentos de pescadores, raízes que subsistem em memórias pessoais e familiares (vd. Origem/historial). No presente, alguns destes antigos usos tradicionais sofreram transformações e cambiantes mais ou menos profundos. Por exemplo, a equivalência quase perfeita entre *barco* e *casa* – a *bateira* como espaço simultaneamente doméstico e laboral entre a terra e o rio, lugar mesmo de gestação e criação dos filhos – encontra-se hoje em desuso. O seu carácter nuclear na identidade *avieira*, porém, subsiste. As tradições associadas à cultura de uso diversificam-se e renovam-se hoje em vários sentidos (sociais, económicos, ecológicos, e simbólicos), que de seguida damos uma descrição sumária:

A *bateira* e a pesca *avieira*: espécies, território, ecossistema

Como já referimos, apesar de não ser a atividade de onde provém a parcela mais significativa do rendimento económico das famílias, a pesca constitui um modo de vida basilar à identidade social, evocada na designação *avieiros*. Através da prática piscatória, o *avieiro* preserva principalmente uma forma de identidade. A especificidade da pesca *avieira*, nos seus moldes tradicionais, implica a participação da mulher (esposa) como tripulante em todos os trabalhos da faina. A mulher segue remando, governando o barco, enquanto o mestre (marido) larga as redes ou prepara as artes, trabalhando na execução ou manutenção de redes e de artes. Esta especificidade implica, igualmente, a utilização da *bateira*, que permanece a embarcação privilegiada no exercício das artes de pesca fluvial no Tejo.

Presentemente a pesca *avieira* está vocacionada para duas espécies piscícolas principais: o sável e a lampreia. A pesca da Lampreia *Petromyzon marinus*, (Linnaeus 1758) e do Sável *Alosa alosa* (Linnaeus, 1758) é a que atualmente tem trazido mais movimento ao rio junto das Caneiras devido ao valor comercial destas espécies. A campanha da Lampreia começa em Janeiro e termina em fins de Abril, altura em que começa a época do Sável. Antigamente, a época do sável começava em Dezembro; agora começa em Março e acaba em Maio. Ambas as pescas são feitas no rio, durante o período que vai do sol posto ao romper da aurora, através de repetidos lances, ao longo dos pesqueiros e ao sabor da corrente. É através da venda do sável e da lampreia que os pescadores mantêm uma relação próxima com as lógicas de mercado. Até há pouco tempo atrás, era a mulher quem tomava a carga a venda do pescado, na praça de Santarém. O negócio hoje passa por negociar com os peixeiros. Na época da lampreia e do sável, avisados por telemóvel, os peixeiros passam com as suas carrinhas equipadas com viveiros, para assim (como é o caso da lampreia) comprarem o resultado da safra de vários dias. Nestas negociações é possível observar ora homens ora mulheres.

À pesca *avieira* nas Caneiras está associada também uma territorialidade singular que se exprime numa retícula de *pesqueiros*. A zona de pesca da população das Caneiras vai da ponte velha

na Ribeira de Santarém (Ponte D. Luís) até à zona do Sabugueiro. Esta zona é composta por vários pesqueiros que mudam ano após ano, consoante os movimentos de areias e detritos descendo o rio, provocados pela força das águas. Apesar da principal época de atividade piscatória ocorrer durante as épocas dos famosos e saborosos anádmomos, são ainda pescadas outras espécies, hoje de reduzido valor. É o caso do barbo, *Barbus bocagei* (Steindachner, 1864) e da fataça, que ocorre na zona em pelo menos duas espécies diferentes, ambas pertencentes à família *Mugilidae*: a fataça de cabeça redonda, e a muge. Ocorre ainda, em quantidades economicamente irrelevantes (embora de preço elevado), a pesca da enguia, *Anguilla anguilla* (Linnaeus, 1758). Nesta atividade recorre-se a uma larga gama de aparelhos e redes, muitos deles adaptados, em forma e tamanho, à pesca naquela zona do Tejo pelos próprios pescadores.

No contexto em análise a pesca é uma atividade económica complementar, mas constitui para quem a pratica uma forma de ligação íntima com o rio Tejo. Nos casos em que a pesca não é assumida como atividade económica ou como simples complemento alimentar, ela é praticada com fins recreativos. Assim, são vários os pescadores que hoje se dedicam à pesca à cana a partir das suas embarcações. Este tipo de pesca tem como alvo espécies de valor gastronómico, mas também desportivo, como é o caso do robalo, *Dicentrarchus labrax* (Linnaeus, 1758), da corvina, *Argyrosomus regius* (Asso, 1801), do lúcio-perca, *Sander lucioperca* (Linnaeus, 1758) e do Peixe-gato, *Amieurus melas*, (Rafinesque, 1820), que recentemente surgiram nos pesqueiros das Caneiras.

Uma especial relação com o ecossistema ribeirinho caracteriza, portanto, a pesca *avieira* nas Caneiras. Esta relação é marcada por uma capacidade viva de adaptar-se às mudanças e de recriar-se, ajustando os modos e as artes de pesca às oscilações ecológicas que, ao longo dos anos, vão afetando a paisagem do rio e a vida e a morte das espécies piscícolas. Assim, por exemplo, se o aparecimento de algumas espécies novas na zona provocou o desenvolvimento de certas técnicas e artes de pesca, também o desaparecimento de certas espécies – como são os casos do pimpão *Carassius carassius*, (Linnaeus, 1758) e do lagostim da água doce *Procambarus clareei* (Girard, 1852) – conduziu à decadência das artes e técnicas que estavam associadas ao trabalho específico da sua captura. Deverá acrescentar-se ainda como fator de declínio de algumas artes as mudanças introduzidas pelas políticas conservacionistas de diretiz europeia, adaptadas ao quadro legal português.

Memória, espaço social e signo identitário

A memória do barco-casa e da ordem social que exprimia faz parte de uma narrativa base do discurso de qualquer das pessoas com quem falámos nas Caneiras. A ré é ainda imaginada como o espaço do homem e da pesca, o espaço sujo; a proa como o espaço da mulher, a casa: “antigamente da emparadeira da ré”, revelou-nos um interlocutor, “para a frente era a casa”. Esta demarcação de espaço pontuava a das tarefas do casal. A mulher tomava conta da casa em tarefas que iam do cozinhar à condução literal da casa. Assim, à imagem da condução feminina da casa, era também remando que a mulher conduzia o barco, enquanto o seu companheiro ia preparando, lançando e recolhendo as artes.

A importância desta viva memória do barco como espaço social, doméstico e laboral é hoje reforçada pelos discursos recolhidos na etnografia no que diz respeito aos usos da bateira como símbolo colectivo. O recurso à *bateira* como signo de representação associativa na comunidade avieira é, hoje, um indicador adicional da sua importância como marcador identitário. Com efeito, após a etnografia realizada parece lícito falar de uma heráldica avieira em que a bateira ocupa o lugar central. Para além de todas, ou quase todas, as associações e grupos formais de avieiros possuem

uma ou mais bateiras recuperadas como ‘seu’ património, elas incorporaram também imagens mais ou menos artísticas da bateira na sua heráldica associativa. A título de exemplo temos a Associação para a Promoção da Cultura Avieira – APCA. Nas Caneiras constituiu-se em 1993 a *Associação de Amigos das Caneiras*, que, também ela, tem uma bateira como elemento central do seu emblema.

7.3. Manifestações associadas:

Não aplicável.

8. Contexto de transmissão

8.1. Estado:

A prática da construção naval está ativa nas Caneiras na pessoa do Sr. Vítor Tomaz. As práticas de uso da *bateira*, no âmbito da identidade social *avieira*, dos saberes práticos de manutenção e reparação, da atividade de pesca, e genericamente da relação existente com o rio estão ativas no conjunto da comunidade. Este dinamismo cultural da utilização confere maior saliência e legitimidade à salvaguarda dos conhecimentos e técnicas de construção.

8.2. Descrição:

As artes e os saberes associados à bateira avieira encontram-se presentemente ativos nas comunidades avieiras do Tejo na dupla forma de saberes de construção e de uso. Estes dois tipos de formas culturais apresentam situações distintas quanto às circunstâncias presentes do seu contexto de transmissão. Conforme já assinalado, nesta comunidade os saberes de uso encontram-se dinâmicos e amplamente distribuídos, sendo transmitidos no seio familiar e na prática entre pescadores de forma regular. No que respeita às técnicas construtivas, as competências tradicionais concentram-se num núcleo restrito de detentores, entre os quais o Sr. Jaime Grilo (Chamusca), e os Srs. Vítor Tomaz e António Elias Menezes “Mónica” (Caneiras). Todavia, no caso das Caneiras, é o Sr. Tomaz apenas quem detém e ativamente exerce as competências de construção tradicional desta embarcação, sem que esteja, de momento, assegurada a transmissão familiar dos seus saberes.

8.3. Modo(s):

Os barcos são feitos por pescadores-carpinteiros que adquiriram os saberes técnicos necessários à arte de construir barcos no seio familiar. Assim, o conhecimento existente é o resultado de um processo de transmissão inter-geracional e familiar, dos mais velhos para os mais novos, passando de pais para filhos pela linha masculina. Esta transmissão familiar vem decorrendo em processos de aprendizagem informal e assentes na oralidade. Por tradição, a aquisição de conhecimentos técnicos decorre do exercício e da observação repetidos em práticas oficiais de construção e reparação, que ocorrem primeiramente junto do progenitor masculino e depois se consolidam e aprimoram com a experiência individual do praticante ao longo dos anos. Contudo, nas Caneiras, atualmente este saber é restrito a um construtor de idade avançada e sem herdeiros ou seguidores conhecidos para a sua arte. Por conseguinte, o modo tradicional de transmissão familiar destas técnicas de construção da bateira está ameaçado.

Por seu turno, a atividade de uso das bateiras avieiras – incluindo, aqui, saberes práticos e técnicas dispersas relativos à reparação e manutenção do barco – beneficia de processos informais e inter-pessoais de aprendizagem e transmissão, que evocam os laços fortes de natureza familiar, comunitária, e/ou sócio-afetiva entre o universo de utilizadores das Caneiras. O uso vive de regimes não exclusivamente familiares de transmissão, que mobilizam proprietários, pescadores e usuários da embarcação. Os saberes de uso (especialmente no que toca à pesca) vão beber a patrimónios familiares de conhecimento do barco transmitidos em contexto familiar. Contudo, é também na experiência de cada usuário que se reproduzem e reinventam os saberes herdados sobre o rio, sobre as espécies piscícolas e em geral sobre a pesca. Igualmente, é nessa experiência e nas trocas entre usuários que antigos saberes se comunicam e novos usos se configuram. A pesquisa etnográfica permitiu identificar que é durante a *frisa* – o momento em que os pescadores aguardam nas suas bateiras o lance de pesca, debaixo dos salgueiros, na margem do leito do rio Tejo – que as trocas de informações acerca de artes de pesca, embarcações e pescarias ocorrem com mais contundência. Assim, os contextos de transmissão de usos evocam modalidades mistas e mais transversais de intercomunicação e relacionamento social que apontam no sentido do reconhecimento coletivo dos utilizadores enquanto comunidade de *avieiros*.

8.4. Agente(s):

No que respeita às técnicas construtivas: os pescadores-construtores, aqui pessoalizados no Sr. Vítor Tomaz. No que respeita aos usos: todos os pescadores-usuários da embarcação bateira avieira, nas Caneiras.

8.5: Idioma:

Português.

9. Origem/historial:

Os movimentos migratórios dos pescadores em Portugal nos finais do século XIX e princípios do século XX assentaram essencialmente na busca de melhores condições económicas. Ao analisar os movimentos migratórios portugueses, o geógrafo Orlando Ribeiro (1989) argumentou que os fluxos migratórios se devem sobretudo aos contrastes naturais entre as diversas regiões, contrastes que geram diferentes modos de vida e diferentes economias, e por isso provocam deslocamentos internos de populações, de carácter temporário, ao longo das estações do ano. Terá sido este o caso das migrações que levaram ao estabelecimento de comunidades ribeirinhas dedicadas à pesca no Tejo. Estas migrações derivavam da sazonalidade – por vezes intercalar – das condições climatéricas e espécies piscícolas que atraíam ou repeliam a pescaria ora no mar, ora no rio. Estes fatores estiveram na origem de ciclos de migrações temporárias, que iam no sentido do mar para o rio (e volta), e que mais tarde produziram fixações permanentes da população migrante nas margens do Tejo. Estas deslocações ocorreram tanto ao longo da costa portuguesa como dos cursos dos rios. Nos séculos XVIII e XIX, os inquéritos pioneiros de Lacerda Lobo e Baldaque da Silva sobre a situação passada e presente das pescarias portuguesas destacaram o carácter apetecível do rio Tejo para o labor piscatório, dada a sua riqueza em quantidade e qualidade de espécies piscícolas e as suas condições

interinas de pesca ao longo de todo o ano (Baldaque da Silva 1896). O Tejo, assim, cedo se tornou um pólo de atração para os pescadores da costa marítima, que se viravam do mar para o rio em movimentos migratórios pendulares e sazonais de trabalho fluvial. Tal foi o caso dos pescadores da Praia da Vieira de Leiria e do Rio Liz, de quem se reclamam descendentes e a cuja condição os atuais pescadores da borda d'água vão buscar a auto-designação de *avieiros*. Reproduzindo anteriores processos migratórios protagonizados por *ilhavos* (designação atribuída aos naturais de Ílhavo), por *murtoseiros* (naturais da Murtosa), por *ovarinos* (naturais de Ovar) e por *varinos* (expressão cumulativa das populações da ria de Aveiro), as gentes de Vieira procuraram locais piscosos ao longo do curso do rio Tejo no século XX. Nesse movimento pendular, dedicando-se regularmente à pesca fluvial do sável durante o inverno e ultrapassando assim a dificuldade em trabalhar no mar agreste, os migrantes do litoral foram erguendo assentamentos provisórios – e alguns, não tomando caminho de volta, foram ficando.

Após algumas campanhas ou épocas de pesca, houve quem se fosse estabelecendo de modo mais permanente no rio Tejo. Os primeiros assentamentos consistiam em construções precárias de tipo palafítico, ligadas intimamente à função económica da pesca. A construção em altura servia para obviar as regulares cheias do Tejo. À imagem dos palheiros da costa ocidental portuguesa, estas habitações eram construídas a partir de materiais disponíveis na região, e depois assentes sobre estacas de oliveira, freixo, pinho e/ou salgueiro. À exceção dos salgueiros, cuja madeira para esta função é menos durável e resistente ao tempo, as restantes madeiras eram serradas e cortadas das árvores das margens do rio, servindo quer para erguer as casas, quer para construir as embarcações – as *bateiras*. Com uma vara de eucalipto, ou de salgueiro, os barcos eram fixados com uma corda amarrados à draga, que funcionava como apoio de maré para o barco, assim deixando-o descer e subir livremente na maré. Os assentamentos *avieiros* eram de construção perene, em função do tipo de atividade, que implicava mobilidade dependente dos recursos; mas em função também da impossibilidade de fazer construção permanente nas margens do rio. Com efeito, a prática de assentamentos era proibida e as construções palafíticas estavam sujeitas à intervenção das autoridades fiscalizadoras, que podiam destruir as construções por meio de corte das estacas de madeira, ou de incêndio ateadado.

Deste processo de migração e assentamento resultou no século XX um povoamento disperso de *avieiros* ao longo das margens do rio Tejo. Alhandra, Alfange, Azinhaga, Barreiras da Bica / Vale de Figueira, Benavente, Boca da Vala, Cabo / sul de Vila Franca, Cais da Santa / Reguengo Valada, Caneiras, Casa Branca, Conchoso, Cucos / Benfica, Escaroupim, Esteiro da Nogueira, Faias / Benfica, Muge, Palhota, Patação, Porto da Palha, Póvoa de Santa Iria, Sabugueiro, Sacavém, Salvaterra, Vala da Azambuja, Vau / Benavente, Vau dos Tijolos / Alpiarça e Vila Franca de Xira tornaram-se os conglomerados mais expressivos dos *avieiros*. Os levantamentos de terreno efetuados em 2008 pela equipa dos Arquitectos Sem Fronteiras Portugal permitiu uma identificação preliminar da distribuição, à data, dos núcleos existentes de manifestações construtivas *avieiras* no território (ASFP 2008). Para efeitos ilustrativos, o mapa em anexo a esta candidatura, produzido pelo arquiteto Fernando Simões Dias com base nas suas recolhas de campo no final da década de 2000, representa os principais assentamentos *avieiros*. A navegabilidade entre estes locais passou a ser feita no barco *bateira*, casa barco, berço dos filhos e leito de dormidas nas pescarias contínuas ao longo do rio. As migrações internas e pendulares foram pouco notadas na literatura, talvez pela incipiente fixação territorial dos seus protagonistas, visto que muitos dos pescadores regressavam à praia de Vieira de Leiria em Maio para a pesca da sardinha. Estas populações ribeirinhas entraram enfim no imaginário popular através da produção literária de Alves Redol, que os denominou de “ciganos do rio”, no seu

conhecido romance de 1942, *Os Avieiros*. A produção da obra beneficiou inclusive de uma componente etnográfica. O escritor residiu junto dos pescadores da Palhota enquanto escrevia o texto, e a sua estadia é hoje parte da memória coletiva dos residentes. A casa onde Redol habitou na década de 1940 serve atualmente de sede para uma organização associativa *avieira*, a Associação ‘Palhota Viva’.

Caneiras: da pesca varina à prática familiar de pesca

De acordo com a investigação desenvolvida em 2008 pela equipa dos Arquitectos Sem Fronteiras, a aldeia de Caneiras “cresceu de norte para sul há cerca de 130 anos; o núcleo original foi levado nas cheias de 1941, pelo que existe um segundo núcleo já com estacaria de betão ou tijolo mais a sul; de acordo com os relatos obtidos, em 1979 caíram oito casas; as palafitas são construídas em duas filas paralelas e perpendiculares ao rio, criando uma situação de «rua»” (ASFP 2008). Na sua origem, a zona onde hoje se encontra a aldeia das Caneiras corresponde ao local designado por “boca das caneiras”, segundo a expressão registada em 1877 pelo estudioso Oitocentista, Bento de Almeida Eça. Foi este um dos locais escolhido pelos avieiros. Aqui chegados, os migrantes começaram por adaptar ao rio a tecnologia das artes de pesca usadas no mar, incluindo os seus modos de organização do trabalho. Foi assim que, nos primeiros tempos, a pesca de rio tomou nas Caneiras modalidades coletivas que ultrapassavam o âmbito familiar, assemelhando-se às *companhas* da costa, como sucedeu na pesca com a chamada rede *varina*, hoje em desuso. Assim, de início, a par do recurso à pesca à escala familiar com a *bateira*, os avieiros trabalharam também a pesca de *varina*, de escala coletiva mais alargada.

Conta-se assim que as *companhas* montadas para pescar com as *varinas* (isto é, redes envolventes e arrastantes para terra) envolviam um coletivo alargado de homens. Nas Caneiras, a pesca de *varina* obedecia à chamada “lei dos 5”, isto é, a regra de cinco indivíduos para um lance, enquanto que na Palhota era necessário a reunião de 7 homens. Às mulheres cabia fazer as redes e aos homens *entralhavar a panda* e o *arraçás*, que levava depois o *pandulho*. As *varinas* eram artes de grande dimensão – variando entre os 300 e os 400 metros de comprimento – que possuíam um pano de rede com malha entre 100 mm e 120 mm. Cada *varina* tinha 12 peças de cada lado, sendo que 4 desses talhões de rede (dois de cada lado junto ao saco) eram de malha mais pequena. A altura da rede variava, podendo chegar a três metros e meio e a quatro metros. Na posição central tinha um saco, com *regra*, a malha mínima de 30 mm definida pela Hidráulica do Tejo. Nos limites da rede, existiam duas mangas fixas à malha: de um lado, a do *recebeiro*, que ficava em terra; do outro, a manga da *mão de barca* que cercava o peixe pelo lado da maré, impedindo a sua fuga.

Com a rede *varina* pescava-se do nascer do dia ao pôr do sol. A *varina* era lançada recorrendo ao auxílio de embarcações tripuladas por quatro homens (dois remadores e dois lançadores). Posteriormente, era alada a partir de terra, puxada com o auxílio de *tirantes*, cintas presas ao tronco com uma corda na ponta, ou cabos individuais de alagem de rede. Ao longo do lance a rede ia andando com o curso do rio e ficava imóvel somente quando se pescava com a maré. Os lances (quer de lado sul, quer de norte) eram feitos nas “praias” do tejo, as zonas da margem onde as águas eram mais calmas para se puxar o peixe, visto que no rio a água corrente tornava impossível manobrar uma rede tão grande e pesada. Nesses primeiros tempos também, os avieiros aperfeiçoaram os conhecimentos sobre o meio ambiente envolvente, modificando conseqüentemente os seus engenhos de captura. Por exemplo, passaram então a recorrer a lastros de barro, chamados *pandulhos*, de produção local, porque os tradicionais *pandulhos* de areia de praia marítima não

aguentavam o fundo do rio. Estes lastros mantinham a rede dentro de água em posição vertical e arrastavam-se no fundo do rio, para não deixar fugir o peixe. O peixe capturado durante a noite era transportado pelas mulheres para a cidade em cestos de verga fabricados pelos homens. Os pescadores ficavam a safar as redes da safra para no outro dia voltar à faina no rio. Depois havia que pagar a companha dos homens das redes varinas; no final da venda, procedia-se à distribuição do dinheiro, à porta do mercado de Santarém.

Para além da pesca mais intensiva e coletiva das varinas, as unidades familiares recorriam à pesca através da bateira. Reunidas em torno das embarcações avieiras praticavam uma pesca de subsistência, apanhando uma variedade de espécies ao longo de todo o ano, a saber: barbo, fataça de cabeça redonda, muge, enguia, sarmão, pimpão, carpas, ruivacos, e bordalos. Os robalos e as lampreias começaram a aparecer mais tarde, a partir da década de cinquenta do século XX.

A pesca de bateira avieira como atividade familiar

Por volta da década de 1950, a modalidade coletiva da *varina* estava abandonada ou em acentuado e gradual desuso. Doravante, a pesca avieira nas Caneiras adquiriria a forma dominante e característica de pesca embarcada, mobilizando a bateira e organizando-se no seio do núcleo familiar mais restrito. Era com os pais, detentores das embarcações, que o jovem se iniciava nas lides da pesca. A construção e posse do próprio barco coincidia, em geral, com o casamento e com a subsequente construção de casa própria. O início da autonomia familiar através do casamento era assinalado, então, com a construção de uma bateira. O progressivo estabelecimento dos avieiros na borda d'água foi acompanhado do desenvolvimento, no próprio local dos assentamentos, de modos de construção naval artesanal de que iam resultando embarcações adequadas para cada tipo de pesca. O pai de Vítor Tomaz possuía, por exemplo, barcos adequados às três redes varinas, bem como barcos adequados ao uso das redes *savara* e *sabogar* (vd. Património Móvel Associado). As embarcações mais pequenas denominavam-se *caçadeiras*, com a qual homem e mulher pescavam durante a noite, na mira da captura de sável.

A pesca avieira tradicional era caracterizada por um conjunto de métodos de pesca e pelo recurso a diversas artes, entre as quais redes de tresmalho (*sabogar* e *savara*), *varinas*, *botirões*, *tarrafas*, *nassas*, *galrichos*, *tranquetes* (para a enguia maior), e por fim o *tapa-esteiros* (hoje proibido). No quadro de uma pluriatividade dividida sobretudo entre pesca e agricultura, a faina principal consistia primeiramente na pesca por arte de emalhar, com redes de emalhar de três panos (tresmalhos de deriva), a cargo do casal e do núcleo familiar. Este modo de pescar obedecia a ritmos sazonais consoante a disponibilidade das espécies piscícolas, acabando por cobrir todo o ano. Durante os primeiros meses do ano, entre Janeiro e Abril, pescava-se principalmente o sável, com a rede *savara*, com lances praticados dentro das bateiras. Era no inverno, com a pesca do sável e da saboga, que mais ganhavam os avieiros na venda do peixe no mercado, a ponto de os ganhos obtidos durante os dois ou três meses do Inverno chegarem para cobrir os riscos da menor rentabilidade da faina de Verão. Nos meses seguintes, até Junho, pescava-se com o *sabogar* para a saboga e a lampreia, através, também, do recurso a lances feitos do barco e recolhidos depois na margem do rio. Durante o Verão e até Outubro, a faina de pesca assentava no emprego de *botirões* e redes de tresmalho, usando uma rede *branqueira* para a pesca da fataça, “rede que trabalhava muito” com malha de 40 mm. Recuperando técnicas de pesca do rio Liz, adaptou-se o rufo da *tarrafa* (pesca de arte por arremesso), aumentando-se o comprimento do rufo, para maior eficácia na captura de peixe

no Tejo. Enfim, de Outubro a Dezembro e aproveitando as cheias sazonais os avieiros utilizavam os *galrichos* e as *nassas* para a apanha de enguias, barbos e bogas.

As épocas de cheia correspondiam a períodos de aumento das quantidades de peixe capturado. Quando as águas do Tejo subiam muito, ultrapassando os diques de proteção (como nas célebres cheias de 1940-1941 e mais recentemente de 1978-1979), os avieiros acompanhavam os guarda-rios na “ronda” para verificarem os danos causados e ajudarem na preservação de animais e bens. Com as estradas submersas pelas cheias surgiam novas oportunidades de subsistência. Os pescadores deslocavam-se então para a estrada entre Santarém (Tapada) e Almeirim para, com as suas *bateiras*, prestar serviços de transporte de pessoal e bens, colaborando no transporte de trabalhadores e proprietários para as quintas das regiões alagadas. No mesmo sentido, as embarcações e os saberes dos seus usuários serviam para socorrer os aflitos no rio. Em caso de naufrágio fluvial, eram os avieiros que acudiam para salvamento de pessoas e bens.

A complementaridade com o trabalho no campo e na cidade

Foi entre as décadas de 1950 e 1970 que os filhos dos pescadores começaram a trabalhar crescentemente no campo. Primeiro, nas mondas do arroz e na execução das tarefas exigidas pelas cheias grandes e pelos temporais que assolavam a zona com ventos fortes. Depois, em diversos trabalhos agrícolas e em trabalhos de execução manual e de serviços na cidade de Santarém. Apesar do forte esforço físico, o trabalho no campo é recordado pelos pescadores como de convívio social entre géneros (as “cachopas iam também”), apesar do controle exercido pelo capataz, “que estava em cima de combo, sempre com uma pá, a controlar o trabalho”. Nas décadas de 1960-70, os avieiros das Caneiras trabalharam também nas searas do melão (entre fins de Março e Julho) e, posteriormente, nas searas do tomate. Estas produções agrícolas abrangiam uma região ampla que chegava aos campos de Vila Franca de Xira, do lado da margem sul do rio. Para além da pesca e da agricultura, a atividade da caça também foi praticada pelos avieiros como meio de subsistência complementar, caçando coelhos, lebres, alguns patos, nas terras adjuntas ao rio. A partir dos anos 60 começaram a vir pessoas para a caça desportiva, contribuindo também para o aumento das condições económicas de Caneiras e atraindo ao Vale de Santarém pessoas de diferentes classes sociais.

A expansão da pluriatividade na agricultura e em serviços de trabalho manual (oficinas de mecânica, torneiros, serralheiros, trabalhos em ferro, etc., por regra sedeadas na cidade de Santarém) contribuiu para a melhoria das condições económicas dos avieiros, favorecendo a construção de casario permanente e a fixação dos assentamentos. Contudo, também afastou alguns descendentes da pesca, ainda que momentaneamente. Na zona Norte das Caneiras foram criados 11 talhões, onde durante algum tempo se pôde construir habitações de alvenaria. Em meados dos anos 1970, a migração laboral para a agricultura e para os serviços, junto com o reduzido valor comercial do pescado, chegaram mesmo a reduzir a três as famílias pescadoras ativas nas Caneiras, a saber: as famílias de Vitor Tomás, Zé Mendes “Amândio”, e “Manuel Mendes”. Estes pescadores acabaram por beneficiar de alguma exclusividade e começaram a vender o peixe com maior valor e em maiores quantidades na praça de Santarém. Quem saiu foi trabalhar nas vinhas e nas searas, por conta de outrém, ao serviço de lavradores e proprietários das terras circundantes. Outros aprenderam ofícios nas oficinas da cidade de Santarém e/ou em atividades comerciais. Recentemente, porém, alguns vêm regressando para as habitações das famílias. Esta diversificação da atividade melhorou a capacidade financeira dos avieiros e reforçou a sua ligação permanente ao lugar das Caneiras, facto

visível na construção de novas casas com melhores condições de habitabilidade. Além do mais, nas últimas décadas minoraram os perigos das cheias, tornando mais seguro e agradável a residência permanente. Durante este processo de mudança, o núcleo avieiro das Caneiras foi pois preservando a sua centralidade identitária como pescador e, desde a década de 1990, muitos dos que se haviam virado para o trabalho na cidade ou nos campos agrícolas (temporária ou permanentemente) retomaram ou reavivaram a ligação familiar à pesca.

II. DOCUMENTAÇÃO:

10. Bibliografia:

- ALMEIDA D'ÊÇA, Bento de (1877), *Memorias Acerca do Regimento do Tejo e Outros Rios Apresentada ao Ministério das Obras Publicas nos Annos de 1867 e 1872*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- AMORIM, Inês, 2001, (org.) *História do Trabalho e das Ocupações, vol.II – As Pescas*, Oeiras.
- BALDAQUE DA SILVA, A.A. (1891), *Estado Actual das Pescas em Portugal Compreendendo a Pesca Marítima, Fluvial e Lacustre em Todo o Continente do Reino Referido ao Ano de 1886*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- BARBOSA, Carlos. (2013), “Avieiro Boat—its recovery as a strategic factor for a sustainable development process”. In Bártolo et al (eds.), *Green Design, Materials and Manufacturing Processes*. Londres: Taylor & Francis Group, pp. 71-75.
- BRANCO, D. Manuel de Castello (1981), *Embarcações e Artes de Pesca*. Lisboa: LISNAVE.
- BRANDÃO, Raul (1923), *Os Pescadores*, Paris-Lisboa, Livrarias Aillaud & Bertrand.
- CABEÇADAS, Henrique, SOARES, Joaquina, GUERRA, António J. (1986), *Embarcações Tradicionais do Sado*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.
- CABRAL, Clara B. (2011), *Património Cultural Imaterial – Convenção da UNESCO e seus contextos*, Lisboa, Edições 70.
- COELHO, António Matias (2011), *Os Últimos Avieiros do Tejo no Concelho da Chamusca*. Chamusca: Câmara Municipal da Chamusca/Âncora Editora, 3ª ed.
- COLE, Sally (1994), *Mulheres da Praia: o Trabalho e a Vida numa Comunidade Costeira Portuguesa*. Lisboa: D. Quixote.
- ESCALLIER, Christine (1999), “O papel das mulheres da Nazaré na economia haliêutica”, *Etnográfica*, 3 (2), pp. 293-308.
- FERNÁNDEZ, José Pascual (1991), *Entre el Mar y la Tierra – los pescadores artesanales canarios*, Canárias, Dirección General de Cooperación Cultural.
- GASPAR, Pedro Lima e PALLA, João (2009), "Construções palafíticas da bacia do Tejo. Levantamento e diagnóstico do património construído da Cultura Avieira", *ARTITEXTOS*, 08, Centro Editorial da Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, pp. 153-174.
- LOBO, Constantino Lacerda (1991), “Memória sobre a decadência das pescarias em Portugal”, in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências, 1789-1815*, v.4, Lisboa, Banco de Portugal, 1991.
- LOPES, Ana Maria Simões da Silva (1975), *O Vocabulário Marítimo Português e o Problema dos Mediterraneísmos*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, Lda.
- MARAFONA, Sérgio (2014), *O assentamento avieiro da Palhota: caracterização do património vernacular*. Porto: Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- MENESES, Inês Salema, & MENDES, Paulo Daniel (1996), *Se o mar deixar – comunidade e género numa povoação do litoral alentejano*. Lisboa: ICS.
- MOREIRA, Carlos Diogo (1987), *Populações Marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- NABAIS, António J. Maia (1982), *História do Concelho do Seixal. 2- Barcos*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal.

- NUNES, Francisco Oneto (2005), *Hoje por ti, amanhã por mim – A arte xávega no litoral central português* (edição fac.), Lisboa, ISCTE (Tese de Doutoramento).
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim. (1969). *Construções Primitivas em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia – Instituto de Alta Cultura.
- OLIVEIRA, João Coimbra (2011), “O pescador e o seu duplo: migrações transnacionais do mar europeu”, *Etnográfica*, 15 (3), pp. 441-464.
- PÁLSSON, Gísli (1994) ‘Enskilment at Sea’, *Man* (N.S.) 29, pp. 901-927.
- REDOL, Alves, 1942, *Os Avieiros*. Lisboa: Portugália Editora [2ª Edição]
- RIBEIRO, Orlando, 1987, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- SALVADO, Maria Adelaide Neto (1985) *Os avieiros, nos finais da década de cinquenta*. Castelo Branco.
- SOUTO, Henrique (2003), “Movimentos migratórios de populações marítimas portuguesas”, *Geoinova*, 8, pp. 165-177.
- SOUTO, Henrique (2007) *Comunidades de pesca artesanal na costa portuguesa na última década do século XX*. Lisboa: Academia de Marinha.
- TOMÉ, Paulo da Silva (1992), *Bateiras do Tejo: Uma Recolha de Tecnologia Tradicional*. Lisboa: Tese de Licenciatura em Antropologia, FCSH-UNL.
- VÉSTIA, Maria de Lurdes (2014), *Mulheres Avieiras: Porta-voz da Memória de um Povo*. s.l.: AIDIA.

11. Fontes escritas:

ARQUITECTOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL (2008), *Relatório preliminar da acção dos Arquitectos Sem Fronteiras Portugal no âmbito do projecto de candidatura da cultura avieira a património nacional. Relatório preliminar do levantamento do estado actual de assentamentos avieiros*. Porto: ASFP, manuscrito não publicado, Outubro-Dezembro de 2008, 29 pp.

ARQUITECTOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL (2011), *Relatório preliminar - estratégia de eficiência colectiva*. Porto: ASFP, manuscrito não publicado, Maio 2011, 14 pp.

DIAS, Fernando Simões (s.d.), *A construção da bateira-avieira*. Manuscrito não publicado, 9 pp.

MENDES, José (s.d.), *Aldeia das Caneiras. Informações de José Mendes (Maçaroca), filho de avieiros*. Comunicação apresentada em encontro sobre Cultura Avieira, Manuscrito não publicado, 8 pp.

Restantes fontes escritas ver Anexo II/5 – Fontes Escritas.

12. Fontes orais:

Para acesso a recolhas orais realizados no decorrer do trabalho de terreno consultar o e-atlas “O Tejo e as Culturas Avieiras” (em construção) integrado no âmbito do Plano de Salvaguarda desta Candidatura.

13. Fotografia:

Ver Anexo II/1 – Documentação Fotográfica. Nota: Todas as imagens acima referidas são fornecidas em suporte digital (formato JPG), em CD anexo ao presente Pedido de Inventário.

14. Filme:

Ver Anexo II/2 – “A bateira avieira: Caneiras / Rio Tejo”, de João Coimbra e Luís Gomes, 2015.

15. Som:

Ver Anexo II/6

Entrevista a Vítor Tomaz, sobre o processo de construção naval, realizada a 4 de Abril de 2015 em Caneiras, por Luís Gomes e João Coimbra.

Entrevista a Vítor Tomaz e Eulália Pelarigo, sobre os usos da *bateira*, realizada a 11 de Abril de 2015 em Caneiras por Luís Gomes e João Coimbra.

16. Outra documentação:

Ver Anexo II/3 – Documentação Cartográfica.

Ver Anexo II/4 – Documentação Gráfica.

III. DIREITOS ASSOCIADOS

17. Tipo:

Direitos coletivos de caráter consuetudinário.

18. Detentor:

Saberes técnicos construtivos – Vítor Luiz Lobo Tomaz.

Saberes de uso – a comunidade *avieira* das Caneiras.

IV. PATRIMÓNIO ASSOCIADO

19. Património Cultural

19.1. Móvel:

Em comparação com outras atividades humanas, a pesca tem características específicas, pois é uma atividade extrativa e aleatória de exploração dos recursos marinhos. Estes recursos são móveis, criando meios de produção e relações de produção distintas da atividade agrícola ou de outras atividades transformadoras. Ao contrário da terra (de condição inamovível), a natureza móvel dos recursos piscícolas cria predisposições para a maior mobilidade dos próprios pescadores, incluindo para a detenção de meios de produção – como os barcos – que permitem uma versátil mobilidade geográfica em meio aquático. Neste sentido, o património móvel é central à condição do avieiro como pescador, nele se destacando a embarcação *bateira* e as tecnologias materiais que são utilizadas quer em contexto de construção (e reparação), quer em contexto de uso piscatório da embarcação. Mesmo o património imóvel que pode ser considerado em associação à presente candidatura – a habitação –, como abaixo apontado, partilha, na sua origem, desta orientação para a mobilidade e para a transitoriedade, acentuada ainda com a original condição migrante dos pescadores *avieiros*.

Em suma, constitui património móvel associado:

1) a própria embarcação *bateira avieira*, da qual se identificou, em contexto de uso, um universo de 28 *bateiras* (na água), e ainda 4 *bateiras* (em terra) na localidade das Caneiras. Na documentação anexa a esta candidatura é apresentado um desenho técnico de um exemplar de uma *bateira avieira* de Porto de Muge (Santa Iria) (propriedade do Sr. Crispim Diniz, também ele pescador-construtor naval), levantado em 2011 pelo arquiteto e investigador de construção naval, Fernando Simões Dias, com base na observação de embarcações em diversas localidades *avieiras* da beira-rio. Embora se admita variabilidade local e individual no desenho e nas características das *bateiras*, conforme já referido, este exemplo é ilustrativo das características técnicas da embarcação, assim

como da presença disseminada deste tipo de embarcação entre as restantes comunidades *avieiras* do rio Tejo.

2) o conjunto das *ferramentas* e objetos utilizados nas técnicas de carpintaria e construção naval acima descritas (vd. listagem e descrição funcional acima em *Caracterização desenvolvida*);

3) as principais *artes de pesca* em uso na pesca avieira, em especial aquelas associadas à pesca de sável, lampreia, enguia e fataça. De entre o universo de artes de pesca em utilização, referimos e descrevemos abaixo as que consideramos mais significativas, a saber: a *savara*, a *saboga*, e o *galricho*.

SAVARA

Denominação: Tresmalho

Função: Pesca do Sável

Matéria: Plástico; fio de nylon.

Dimensões aprox. (cm): altura: 250; comprimento: 1200

Descrição: Rede de tresmalho de secção retangular quando lançada e pronta para pescar, constituída por três panos de diferente malhagem, mantido em posição vertical devido a forças opostas produzidas por cabos de flutuação (ou de bóias) e cabo de lastros (ou de chumbos). A rede é composta por diversas peças, cada uma com comprimento de 25 metros, ficando com um comprimento total de entre os 100 e os 125 metros, dependendo do leito do rio onde é lançada. É um objeto constituído por três redes sobrepostas, em fio de nylon monofilar, a do meio com a malhagem mais curta do que as duas exteriores. As duas redes de malhagem maior são chamadas de albitanas, e medem de nó a nó na vertical 120 milímetros, com a malha estendida. A altura da testa da rede é de 2,5 metros, tendo em conta que o corpo da rede é de maior dimensão. Este diferencial nas medidas justifica-se pela existência neste tipo de redes de uma "saia" da rede que aumenta a eficácia da arte. A "tralha das bóias" tem flutuadores cilíndricos, de plástico, perfurados no centro pela linha da tralha e apresentam uma distância irregular. A "tralha dos chumbos" apresenta os lastros dispostos irregularmente ao longo da tralha. Os lastros são feitos de chapas de chumbo, entalhados no cabo do lastro. A bóia-baliza é elemento de conjunto desta arte de pesca e consiste numa base quadrangular formada por placas de cortiça e/ou esferovite. As cortiças são fixadas umas às outras por pinos, normalmente de madeira. Os segmentos servem de assento à lanterna para a pesca noturna.

SABOGA

Denominação: Tresmalho

Função: Pesca da Lampreia, Saboga e Fataça

Matéria: Plástico; fio de nylon.

Dimensões aprox. (cm): altura: 250; comprimento: 1200

Descrição: Rede de tresmalho de secção rectangular quando lançada e pronta para pescar, constituída por três panos de diferente malhagem, mantido em posição vertical devido a forças opostas produzidas por cabos de flutuação (ou de bóias) e cabo de lastros (ou de chumbos). A rede é composta por diversas peças, cada uma com comprimento de 25 metros, ficando com um comprimento total de entre os 100 e os 125 metros, dependendo do leito do rio onde é lançada. É um objeto constituído por três redes sobrepostas, em fio de nylon monofilar, a do meio com a malhagem mais curta do que as duas

exteriores. As duas redes de malhagem maior são chamadas de albitanas, e medem de nó a nó na vertical 70 milímetros com a malha estendida. A altura da testa da rede é de 2,5 metros, tendo em conta que o corpo da rede é de maior dimensão. Este diferencial nas medidas justifica-se pela existência neste tipo de redes de uma "saia" da rede que aumenta a eficácia da arte. A "tralha das bóias" tem flutuadores cilíndricos, de plástico, perfurados no centro pela linha da tralha e apresentam uma distância irregular. A "tralha dos chumbos" apresenta os lastros dispostos irregularmente ao longo da tralha. Os lastros são feitos de chapas de chumbo, entalhados no cabo do lastro. A bóia-baliza é elemento de conjunto desta arte de pesca e consiste numa base quadrangular formada por placas de cortiça e/ou esferovite. As cortiças são fixadas umas às outras por pinos, normalmente de madeira. Os segmentos servem de assento à lanterna para a pesca noturna. Há também outros "aparelhos de sabogar", com malha mais larga, de 100 mm a 110 mm para apanhar a saboga maior, que apesar de uma malha mais comprida é eficaz porque a rede não fica tão visível ao peixe.

GALRICO

Função: Pesca da Enguia

Matéria: Plástico; fio de nylon. Madeira de marmeleiro

Dimensões aprox. (cm): altura: 40; largura: 50; comprimento: 90;

Descrição: o galricho é constituído por uma estrutura composta por um arco de madeira de marmeleiro, o "aeco da boca" e por três aros em plástico ou arame zincado na qual é montada uma manga de rede de nylon multifilar de cor vermelha, que quando aberta e em contexto de uso tem um formato cónico. O arco, que constitui a extremidade de maior diâmetro, forma a abertura da manga de rede. Em seguida são dispostos os aros de diâmetros decrescentes. O objecto fecha num nó feito com a própria rede, terminando num vértice designado por rabicho. O arco exhibe uma malha larga em forma de losango que serve para dificultar a saída do peixe, auxiliado pela correnteza da maré que se apresenta em sentido contrário à abertura da armadilha. No interior da manga de rede são visíveis dois sacos de rede de formato tronco-cónico, com abertura para o lado da entrada e para o lado do rabicho. Os sacos, colocados um a seguir ao outro, são mantidos abertos e direitos quando a arte está lançada através de um conjunto de linhas, chamadas "ancorinhas", fixadas à zona do rabicho. A rede é feita pela mulher e o entalhamento e a montagem da arte é feito pelo pescador. Em contexto de uso, quando está lançada, esta arte de pesca é mantida contra a corrente, isto é, a corrente vai na direção do pano do meio ou da boca do galricho. A arte é fixa no fundo do rio, com o auxílio das rabeiras, duas varas de madeiras locais, caso do salgueiro, por exemplo, mais ou menos compridas consoante os locais de pesca. As varas são acopladas às artes através presilha, pequena peça de corda, fixa aos extremos do galricho. O tamanho dos galrichos varia consoante o local onde são destinados, sendo de pequenas dimensões os usados para pescar nas raízes dos salgueiros, local de refúgio das espécies alvo desta arte.

Em contexto de uso, quando está lançada, esta arte de pesca é mantida contra a corrente, isto é, a corrente vai na direção do pano do meio ou da boca do galricho, sendo assim fundamental o conhecimento das marés para a eficácia deste tipo de pesca.

19.2. Imóvel:

Constitui património imóvel associado o casario do assentamento, especialmente aquele que se situa junto à borda d'água e que revela, ainda que objecto de várias transformações e adulterações, a estrutura palafítica característica das construções originais. Importa notar, porém, a natureza ambivalente do complexo habitacional mais antigo, quer relativamente à sua

legalidade/ilegalidade, quer relativamente à sua permanência/efemeridade. Com efeito, estes assentamentos situam-se, por regra, clandestinamente em terrenos públicos. Erguidos na sua origem como casas-cabana fabricadas em madeira e outros materiais locais, correspondiam a modos móveis e transitórios de viver e habitar as margens do rio. A própria expressão 'assentamento', comumente usada na literatura para referir estes conjuntos habitacionais, acentua esse carácter efémero do edificado.

19.3. Imaterial:

Não aplicável.

20. Património Natural:

Constitui património natural associado o ecossistema ribeirinho do Tejo, incluindo a paisagem e as espécies piscícolas ligadas à prática da pesca avieira.